

Estatísticas em disparada

Casos de acidentes e doenças do trabalho crescem em todo o país; nos Tribunais, queixas mais freqüentes se referem a dores osteomusculares, características de Lesões por Esforço Repetitivo

O TRT da 12ª Região registrou sete acidentes de trabalho em 2007. Um deles foi o de Carlo Henrique da Conceição, 44 anos, há 18 no Tribunal. No dia 6 de dezembro do ano passado, ele fraturou a tíbia e a fíbula da perna direita ao cair da moto que pilotava. O servidor, que estava a poucas quadras do prédio do TRT, foi atendido por uma equipe do SAMU e levado para o Hospital Celso Ramos. Depois de 105 dias de afastamento, ele voltou às atividades no Setor de Transporte.

Carlo sofreu o que é chamado de acidente de trajeto, que acontece no caminho de ida ou de volta ao trabalho. Além dele, quatro servidores do TRT entraram nessa classificação das estatísticas em 2007. Outros dois tiveram acidentes típicos, que são os que ocorrem no exercício da atividade dentro do local de trabalho. A legislação diferencia o acidente da doença do trabalho, que se refere ao dano à saúde causado, desencadeado ou agravado, direta ou indiretamente, pela atividade exercida. É o caso, por exemplo, das Lesões por Esforço Repetitivo (LERs) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORTs).

Números do Serviço de Assistência aos Servidores (Saser) do TRT revelam que, em 2006, 15 servidores tiveram diagnóstico de LER em fase inicial. No TRE, dados do Serviço de Atendimento Médico, de Enfermagem e Odontológico indicam que, de 2006 para cá, houve nove casos de DORT/LER em avaliação ou já controlados e dois acidentes de trabalho.

O médico do trabalho do TRT Antonio Fernando de Vas-

concelos explica que para afastamentos inferiores a 30 dias, qualquer médico pode homologar o afastamento do servidor. Para afastamentos superiores a 30 dias, é necessário fazer avaliação na Junta Médica. O vencimento é pago normalmente, ao contrário dos trabalhadores regidos pela CLT, que, depois de 15 dias de afastamento, passam a receber pelo INSS, e não mais pela empresa.

Quando volta à ativa, o servidor é atendido por uma Comissão de Avaliação. “A Comissão avalia o posto de trabalho, verifica se é compatível com a situação do servidor e faz o acompanhamento necessário”, explica Vasconcelos.

Os exames periódicos realizados pelo Saser revelam como está a saúde dos trabalhadores. Em 2006, nas 813 avaliações feitas no TRT e nas Varas do Trabalho, 7,01% dos magistrados e servidores se queixaram de dor osteomuscular nos braços e ombros. Um dado ilustrativo é específico das Varas do Trabalho. Em 2003, com base em 560 avaliações, 51% dos magistrados e servidores fizeram essa queixa. Em 2006, quando foram feitas 426 avaliações, o percentual baixou para 7,28%. A diminuição é creditada principalmente às mudanças no mobiliário dos setores de trabalho.

Vasconcelos observa que, para registrar acidente ou doença de trabalho, o servidor precisa preencher a Comunicação de Acidente em Serviço (CAS). Sem ela, há risco de perda de direitos. A Comunicação deve ser feita mesmo nos casos em

que não há danos aparentes na saúde, porque, se houver seqüelas futuras, a CAS será a prova do trabalhador.

Outro cuidado é apresentar a prova de acidentes em serviço no prazo máximo de 10 dias a partir da ocorrência. Carlo Henrique, do TRT, diz que não tinha essa informação, mas conseguiu regularizar o processo para receber seus direitos. “Outro cuidado de quem se acidenta é acionar o plano de saúde, caso tenha”, acrescenta. Como foi levado para o Celso Ramos, Carlo, apesar de pagar plano privado, teve atendimento pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.

Estatísticas do INSS

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) registrou em todo o país 503.890 acidentes e doenças de trabalho em 2006, dos quais 80,1% foram acidentes típicos, 14,6% acidentes de trajeto e 5,3% doenças do trabalho. Os dados foram divulgados no Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, 28 de abril. Somente em Santa Catarina, no mesmo ano, foram 30.432 acidentes de trabalho e 1.406 doenças do trabalho. Os dados também revelam que um total de 167 trabalhadores morreram em 2007 no Estado. A região com mais óbitos foi a de Joinville, 35, seguida pelo Vale do Itajaí, 34. O SINTRAJUSC irá ampliar a discussão sobre saúde junto aos servidores em atividades específicas nos próximos meses.

Carlo Henrique: acidente de trajeto a caminho do TRT

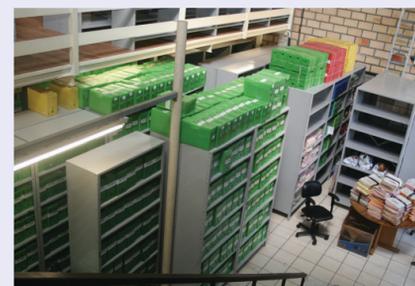


Plenária deliberou pela luta contra qualquer medida que contrarie o PCS e condicione a obtenção de direitos à aprovação em testes de condicionamento físico, como é o caso da minuta para discussão enviada pelo CSJT aos TRTs para definir o Programa de Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança

Páginas 4 e 5



Encontro dos Agentes de Segurança enriquece discussão sobre Carreira



SINTRAJUSC faz ação sindical em setores da Justiça Federal

Resultado foi pedido de perícia para verificar se servidores têm direito a receber insalubridade e reduzir a jornada de trabalho

Página 6





O jornal **O GRITO** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina.

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 - Florianópolis (SC).

Fone/Fax: (48) 222-4668.

Site: www.sintrajusc.org.br

E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br

Diretoria:

COORDENADORES GERAIS: Robak Barros; Paulo Roberto Koiniski; Denise M.S. Zavarize

COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Manoel Prazeres (Aposentado); Ivo Ney Rodrigues Demaria (licenciado).

COORDENADORES DE CULTURA, PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTE: Adriana Maria Ramos; Luiz Carlos M. de Oliveira.

COORDENADORES DE COM. E IMPRENSA: Maria Lúcia Lemos Hayger (licenciada); Angela Albino (licenciada).

COORDENADORES JURÍDICOS: Maria Aparecida Ferrari; Laércio Flávio Bonamico.

COORDENADORES DE FORM. SINDICAL: Neila Ávila de Souza.

COORDENADORES REGIONAIS: Região Sul: Perpétua Matildes de Jesus (Aposentada) - Região do Vale de Itajaí: Laurina Maas - Região Norte: Marlene Luciano - Região Oeste: Maria Clélia Lanis Crestani - Região do Planalto: Silvana Liczbinski

Textos, Diagramação e Edição: Míriam Santini de Abreu (8077/RS-JP)

Projeto Gráfico: Letra Editorial

Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Grafinoorte Tiragem: 2.700 - Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal

Escreva para: imprensa@sintrajusc.org.br (Os artigos enviados não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 20 de cada mês.



EDITORIAL

Tecnologia adoece servidores do Judiciário

Meios de comunicação divulgaram em maio que as notificações de acidentes e doenças do trabalho cresceram 107% entre 2006 e 2007, passando de 112.668 para 231.288. Os dados são do Laboratório de Saúde do Trabalhador da UnB (Universidade de Brasília) com base em números do Ministério da Previdência Social.

O aumento tem relação com a nova metodologia adotada pelo governo em 2007, o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, que determina estatisticamente as doenças mais comuns de cada ocupação. As doenças mentais e osteomusculares foram destaques nas notificações no ano passado, com, respectivamente, acréscimo de 1.324% e 893% nos registros.

A saúde do trabalhador está no topo da lista de pro-

cupações dos sindicatos, e não é diferente no SINTRAJUSC. Na primeira quinzena de maio coordenadores do Sindicato fizeram ação sindical em vários locais para verificar as condições de trabalho dos servidores.

A era do Processo Eletrônico e das publicações digitais tem vantagens, mas afeta profundamente a rotina de trabalho dos servidores. Boa parte da carga horária diária é cumprida na frente do computador, o que potencializa a possibilidade de lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT). O avanço tecnológico cada vez mais dita o ritmo de trabalho.

Há isso acrescenta-se a cobrança de produtividade e necessidade de rigoroso cumprimento de prazos. Muitos servidores que ocupam Função Comissionada ainda trabalham além da jornada legalmente estipulada, submetendo-se ainda mais a fatores que adoe-

cem o corpo e podem levar a sofrimento psíquico.

Esses problemas são abordados nesta edição do jornal *O Grito*. A reportagem da página 8 trata da atual realidade em relação às doenças e acidentes de trabalho no Judiciário Federal catarinense. Na página 6 são discutidos os problemas relatados à Coordenação do Sindicato nas ações sindicais feitas na primeira quinzena de maio e as providências adotadas para dar respostas às demandas dos servidores.

Na edição de junho o assunto abordado será a depressão, o mais votado na enquete disponível no blog do SINTRAJUSC, com 56% dos votos.

A atuação na área da saúde segue os preceitos do Plano de Lutas do SINTRAJUSC definidos no Congresso realizado em Itá em 2007.

NOTAS

A Fenajufe protocolou em maio, no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o anteprojeto de lei que propõe a reestruturação da categoria funcional de auxiliar operacional de serviços diversos da Justiça do Trabalho. Ao final do documento, a Federação reivindica que o anteprojeto seja submetido à apreciação do CSJT e, depois de aprovado pelos conselheiros, encaminhado ao Congresso Nacional como projeto de lei.

A coordenação do Sindicato esteve no TRT para falar sobre a portaria 977/2007, que estabelece o banco de horas. A pauta foi a situação dos motoristas que ficam à disposição dos juizes em viagem e não recebem nem compensam todas as horas extras devidas. A Administração do Tribunal disse que até junho dará resposta sobre os problemas provocados pela portaria.

DO LEITOR

O SINTRAJUSC tem novidades na página da internet para ampliar a comunicação com os filiados. Confira:

Rádio Sintrajusc - programação em arquivo pré-gravado, disponibilizado às sextas-feiras, com resumo da semana, notícias e entrevistas. A estreia foi no dia 9 de maio com entrevista sobre Plano de Carreira

Rádio Fenajufe - enlace direto para a Rádio da Federação

Blog Sintrajusc - enlace para o blog www.sintrajusc.blogspot.com, com notícias sobre as lutas de outras categorias do serviço público federal e dos trabalhadores em geral, em Santa Catarina e nos outros estados do país, e informações sobre temas como meio ambiente, cultura, saúde e o papel da mídia, entrevistas curtas filmadas e disponibilizadas em arquivo digital, enquetes e espaço para comentários

Enlace Plano de Carreira - com todas as informações sobre esse assunto produzidas pela Fenajufe e pelo Sindicato

Ícone Assine O Grito - Assim como faz na Capital, onde o jornal é entregue na mesa do servidor, o SINTRAJUSC quer levar o jornal na casa do filiado nas demais cidades do Estado. A partir da edição de JUNHO de 2008, em vez de ir para o local de trabalho, o exemplar irá somente para o endereço informado pelo funcionário ao Sindicato.

Informamos que os servidores que trabalham em Florianópolis e em São José irão continuar recebendo seu exemplar apenas no setor de trabalho.

Fenajufe articula luta contra projeto que restringe greve

PL está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e prevê negociação dos dias parados

A Fenajufe irá ampliar a luta para evitar a aprovação do Projeto de Lei nº 4.497/01, de autoria da deputada Rita Camata (PMDB/ES), que restringe o direito de os servidores se organizarem em greve. A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados já aprovou o PL, que agora está na Comissão de Constituição e Justiça.

Os deputados da Comissão de Trabalho aprovaram o substitutivo do relator, deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), e um destaque ao artigo 9º, apresentado pelo deputado Roberto Santiago (PV/SP). O artigo 9º do substitutivo do deputado Marquezelli determinava a suspensão do pagamento de salário referente aos dias parados. "Art. 9º - Será vedado o pagamento da remuneração ao

servidor durante o período de sua participação no movimento grevista", dizia a o artigo. Com a aprovação do destaque de Roberto Santiago, foi incluída no texto a redação "os dias parados em razão de greve serão objetos de negociação de cada categoria". Para Santiago, a manutenção deste artigo fazia com que o movimento de greve já se iniciasse com um outro conflito, além dos já existentes.

Segundo informações do Diap, no momento da votação, os deputados excluíram o rol de serviços considerados essenciais. No entendimento dos parlamentares, todos os serviços e categorias são essenciais ao funcionamento da máquina pública e, com isso, perdeu o sentido a fixação de contingente mínimo de servidores em atividade durante as greves. O Diap informa, ainda, que nesse caso, o texto aprovado prevê que os administradores irão definir normas sobre o efetivo mínimo em atividade com base em parâmetros estabelecidos na lei.

Na avaliação da Fenajufe, o parecer do deputado Nelson Marquezelli restringe, ainda mais, o direito de greve dos servidores públicos, ao definir, na Lei, as limitações e as regras para a deflagração do movimento. A Fenajufe considera que esse projeto não deveria estar em discussão no Legislativo uma vez que há um Grupo de Trabalho, formado por representantes do Executivo e da bancada sindical, que discute o direito à negociação coletiva no serviço público federal.

As entidades sindicais ressaltam que atualmente os servidores fazem greve para forçar o início do diálogo com o governo sobre a pauta de reivindicações e a campanha salarial.

Por isso, na avaliação da Fenajufe, esse projeto não pode ser aprovado na CCJ e esse pode ser o momento decisivo da luta. Nesse sentido, a Federação e as demais entidades dos servidores públicos vão reforçar a atuação junto aos deputados da CCJ para impedir a aprovação do PL 4.497/01.

Reunião discute pendências na JE

Em reunião com o diretor-geral do TSE, a Fenajufe expôs questões de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral, como a correção da regulamentação de alguns pontos do PCS 3, o projeto que cria FC nos cartórios eleitorais e os passivos. A Federação disse, para a nova administração do TSE, que, na gestão anterior, do ministro Marco Aurélio, pontos como a remoção e o adicional de qualificação foram regulamentados de modo a não englobar todos os direitos garantidos aos servidores com o PCS 3. A resposta foi que as questões do adicional de qualificação e da remoção serão estudadas pelo setor de Gestão de Pessoas do TSE. Outro ponto defendido foi que o valor da FC paga aos chefes de cartórios seja o mesmo em todo o país.

CULTURA

Moby Dick pela CosacNaify

Samuel Frison

Após anos de pesquisa exaustiva e uma preparação cuidadosa, a *CosacNaify* relança a tradução de um dos clássicos da literatura norte-americana, *Moby Dick*. Escrito por Hermann Melville, o livro, que já teve três versões cinematográficas, conta a odisséia do homem mortal que se pensa Deus quando cego por seu ego.

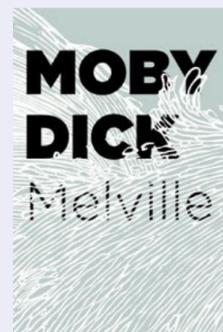
Publicado originalmente em 1851, é tecido pela narrativa de um marinheiro experiente na arte de navegar, chamado Ishmael, que conta a última viagem de um navio à procura da enorme baleia branca que devorou a perna do vingativo capitão Ahab.

A riqueza do ponto de vista do narrador explora várias nuan-

ças como o relato de viagem, os sermões, a preleção, a filosofia, o cientificismo. *Moby Dick* é um mergulho na natureza humana permeada pelas suas contradições, seus sonhos, medos e desafios.

A edição cuidadosa e esteticamente deslumbrante da *Cosac Naify* agrada, e muito, os leitores fetichistas, desde o corpo da letra impressa até os detalhes das ondas

que perpassam as páginas. Em tempos de rapidez e tecnologias, adquirir um exemplar de *Moby Dick* é realmente um luxo, dada a sua beleza estética e seu conteúdo arrebatador. A editora dispõe um site visualmente elaborado. Para acessá-lo, basta digitar: www.cosacnaify.com.br/noticias/mobydick/



DICAS&DICAS&DICAS&DICASDICAS&DICAS&DICAS&DICAS

Cultura nos Sindicatos

Em maio foram lançados dois livros de poemas que têm relação estreita com o papel dos Sindicatos. Um deles foi o de Rosângela Bion de Assis intitulado *Transparente Demais*.

O outro foi o livro *Cem Poemas*, de Dinivaldo Gilioli. Rosângela é jornalista do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina, o Sindprevs/SC, que em abril realizou o II Seminário de Imprensa Sindical. Dino é diretor do Sinergia, o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis.

Há 17 anos o Sinergia atua no sentido de mostrar que cultura não é só literatura, música, cinema, teatro, dança, artes plásticas. O Sindicato que mostrar que aí en-

tram, também, as diversas culturas populares: o artesanato, as festas, o folclore.

Em 2007 a entidade lançou o livro "Sindicato e cultura - da prática à teoria: a experiência do Sinergia", que sintetiza a importância de os Sindicatos priorizarem o tema: "Área genuína da expressão humana, a cultura pode estimular o exercício crítico e criativo, propiciando espaços que resgatem, preservem e criem novos vínculos de solidariedade onde o ser humano se sobreponha a todas as coisas".

O livro *Cem Poemas* está disponível na *Editora da UFSC*, no Campus Universitário. *Transparente Demais*, de Rosângela Bion de Assis, pode ser encontrado na livraria *Livros e Livros*, centro da Capital.



Sindicato pede insalubridade e redução de jornada na JF

O SINTRAJUSC enviará na próxima semana, à Direção do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina, pedido de realização de perícia para a constatação de insalubridade nos setores de Arquivo e Núcleo de Documentação da Justiça Federal. O requerimento também pede que seja reduzida a jornada – de sete para seis horas diárias – de todos os servidores lotados nas Varas do Juizado Especial Federal Cível e Previdenciária da Subseção Judiciária de Florianópolis e envolvidos diretamente com a digitalização de processos e documentos.

O Coordenador Robak Barros fez as duas ações sindicais em maio. A primeira foi no Arquivo da Justiça Federal, no bairro Itacorubi, na Capital. Os servidores pediram a realização de perícia médica – que o Sindicato irá solicitar – para verificar as condições de salubridade no local de trabalho.

Atualmente há dois trabalhadores efetivos no local, além de três estagiários e dois terceirizados. Os que atuam mais diretamente na manutenção do Arquivo, ligado ao Núcleo de Documentação, manuseiam processos de até 40 anos de existência, muitos deles em más condições. Os servidores daquele setor da JF relataram os problemas que enfrentam, como poeira e resíduos

acumulados nos processos que são inspirados e impregnam-se na pele.

A outra ação sindical ocorreu nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais da JF, no Centro de Florianópolis. Os servidores relataram que há um aumento expressivo da carga de trabalho e também solicitaram perícia médica para avaliar a possibilidade de pagamento de insalubridade ou de redução da jornada de trabalho de sete para seis horas diárias. Com o avanço da digitalização dos processos e a cobrança por produtividade, os servidores ficam ainda mais tempo na frente do computador, o que pode aumentar o número de casos de lesões por esforço repetitivo. Outro problema é que os servidores das Turmas Recursais estão sem ginástica laboral.

Nesses locais a Coordenação do Sindicato convidou os servidores a se envolverem na discussão sobre o Plano de Carreira, que será uma das lutas mais importantes de 2008 para a categoria. Mesmo com o pagamento das parcelas finais do PCS3, os trabalhadores do Judiciário irão continuar sem uma Carreira de verdade, e é importante que o debate sobre como ela deve ser e o caminho para conquistá-la seja feito de forma coletiva.

Portaria cria novas regras para qualificação dos servidores do TRT

O TRT criou novas regras para estimular a qualificação dos servidores. A Portaria PRESI 478, de 5 de maio de 2008, estabelece os critérios e procedimentos para a concessão do Adicional de Qualificação devido por cursos de pós-graduação no âmbito do TRT. O Adicional de Qualificação decorrente de cursos de especialização, de mestrado ou de doutorado é devido aos Analistas Judiciários, Técnicos Judiciários e Auxiliares Judiciários.

Segundo uma das Coordena-

doras do SINTRAJUSC, Denise Zavarize, em relação às regras anteriores, o que mudou foi o modo de encarar a qualificação dos servidores. A conceituação restritiva do adicional tratava as áreas de conhecimento como se pudessem ser classificadas em compartimentos estanques e depois rotuladas de acordo com o “que serve” e o “que não serve”. Agora, o conhecimento é que se torna importante e também a valorização do servidor que busca se aprimorar e cujo esforço de aprimoramento será inevitavel-



Fotos: Miriam Santini de Abreu

Acima, processos antigos manuseados por servidores no Arquivo da Justiça Federal; abaixo, estação de trabalho no prédio das Turmas Recursais, onde há intenso trabalho de digitação



mente aplicado nas diversas áreas de sua vida e, naturalmente, também no seu trabalho.

Estímulo

O Presidente do TRT, juiz Marcus Pina Mugnaini, diz que a Portaria, como todo o processo de construção legislativa, envolve ajustes. “O que podemos afirmar é que nosso objetivo foi simplesmente o de estimular os servidores a estudarem.”

Para Mugnaini, a Portaria terá

reflexos no serviço prestado à população pela Justiça do Trabalho. “Um servidor mais instruído, capacitado, naturalmente está mais qualificado para atender o cidadão. O quadro de pessoal não pode ser estanque, imóvel, afinal, são as pessoas que fazem a história das organizações. Por isso, quanto mais versatilidade um servidor possuir, mais útil ele estará sendo para instituição e, como consequência, para a sociedade.”

Veja na página do Sindicato os principais pontos da Portaria.

Via Crucis do correntista

Miriam Santini de Abreu

Estava inativa há dois meses a conta que eu mantinha em um banco privado. Solicitei um extrato e tomei o susto: R\$ 30,00 de gasto com tarifas. Paguei a dívida e acordei na segunda-feira disposta a cancelar a conta.

Primeira Estação

Ligo para um 4004. Depois de aguardar alguns minutos para poder discar o dígito para atendimento pessoal, sou informada de que o cancelamento deve ser feito em minha agência, a quase 200 quilômetros de Florianópolis.

Segunda Estação

Ligo para a minha agência. Lá me dizem que cancelamento só por um 0800 exclusivo para encer-

rar contas. Disco e aguardo a oportunidade de falar com um ser humano, e não com uma gravação. A funcionária é taxativa: o serviço só pode ser feito em minha agência ou em uma agência “parceira”.

Terceira Estação

Digito um ofício requerendo o fim da conta, assino, embarco num ônibus e marcho para uma agência do banco no Centro da Capital.

Quarta Estação

Há apenas um rapazote no balcão de atendimento e dois seguranças na térreo da agência. O rapazote está no telefone. Vou até o segundo andar e pergunto:

- Onde cancelo conta?

- Lá no fundo, no balcão.

A funcionária dos fundos está

no telefone. Desliga e informa que o cancelamento é no térreo. Desço, mas espumando de raiva.

Quinta Estação:

Explico o caso ao rapazote. Ele faz a mesma Via Crucis na qual deixei meu lamento. Informam a ele, no 0800, que o cancelamento só pode ser feito na minha agência. Prestativo, o bancário explica que a cliente está “extremamente incomodada”. Pedem que ele ligue para a minha agência. Lá a gerente da conta responde que não pode fazer nada, só pelo 0800.

Sexta Estação:

O funcionário relata à gerente da conta os detalhes do meu calvário, parecendo, a meu ver, tão irritado quanto eu. Compreendeu a minha raiva. Depois de insistir

muito, ele finalmente consegue fazer um memorando interno que assino e que é remetido, via malote, para a minha agência.

Conclusão

Depois de fazer picadinho do cartão eletrônico do banco, medito sobre a diferença entre o público e o privado. Não adianta querer discutir políticas públicas de educação e saúde na sede chique dos planos privados ou na escola particular dos filhos. Ali somos clientes. Ou paga e aceita ou procura outro prestador de serviço. A discussão tem que ser na escola pública e no SUS. Ali a gente é cidadão. Mas quem pode fazer essa briga não faz. Prefere ser cliente. E assim todos ficamos cada vez menos cidadãos.

JURÍDICO

Informe sobre a Ação do Imposto de Renda de 1992/93

1 – O Juízo da Execução determinou a expedição de Requisições para pagamento dos créditos de pequeno valor dos beneficiários integrantes dos Grupos 1 a 55. Os créditos de pequeno valor são os reconhecidos pela Procuradoria da Receita Federal em grau de Embargos à Execução. O valor deles pode ser conhecido na página do TRF4 ou nos respectivos processos de Embargos à Execução. Trata-se de valores inferiores a 60 salários mínimos, habitualmente inferiores a um terço do que se entende devido. Para alguns beneficiários os Embargos não reconhecem crédito algum. As Requisições vêm sendo expedidas aos poucos. Algumas já estão no TRF4 e o pagamento é previsto para dentro de 60 dias após o recebimento no TRF4.

2 – Os cálculos definitivos enfrentam percalços. O Juízo da Execução requisitou à Delegacia da Receita Federal os documentos indispensáveis à elaboração dos cálculos corretos no prazo de 90 dias. Nada foi apresentado. O SINTRAJUSC requereu o prosseguimento da Execução pelos cálculos do perito. O Juiz

tornou a requisitar os documentos indispensáveis no prazo de 15 dias. Novamente o prazo decorreu sem resposta. O Sindicato mais uma vez requereu o prosseguimento da Execução pelos cálculos do perito e agora aguarda o despacho sobre o pedido.

3 - Nas requisições em tramitação só haverá retenção de honorários em favor do advogado da causa com relação aos servidores que mandaram a Ratificação do Contrato de Honorários antes da expedição das respectivas requisições. Cada beneficiário, no ato de receber o valor depositado em seu favor na Caixa Econômica Federal, caso não tenha havido a retenção, deverá, como dever de Justiça, depositar, na mesma Agência, 10% do montante recebido, em favor do Dr. Victório Ledra, na Conta Poupança Nº 05247, da Agência do TRT 12, servindo o comprovante de depósito para fins de Imposto de Renda.

Aqueles que ainda não assinaram a Ratificação da Procuração passada pelo Sintrajusc devem fazê-lo o quanto antes e entregar o documento no Sindicato.

Sindicato subsidia participação no Grupo de Apoio Nutricional

O SINTRAJUSC irá subsidiar 40% do valor a ser pago por filiados do TRT interessados em participar do Grupo de Apoio Nutricional (GAN).

O Grupo, coordenado por duas nutricionistas e especialistas em nutrição clínica, atuará junto ao Projeto Judisporte, do Tribunal.

O objetivo do GAN é aliar a ingestão alimentar adequada à atividade física regular, ambas voltadas para o combate ao sedentarismo e obesidade.

Pesquisa feita no TRT e nas Varas do Trabalho em 2006, com 813 pessoas, revela a presença de sobrepeso e obesidade em 40%. Também foram constatadas taxas expressivas de hipertensão arterial (11,32%), glicose (6,77%) e colesterol (24,48%).

Angela Toseto Carbonera e Paulo Fernando Vieira dos Prazeres, coordenadores do Judisporte, informam que os servidores interessados em participar do GAN precisam antes fazer avaliação no SASER.

As atividades irão iniciar na última semana de maio com o m-



Paulo e Angela fazem avaliação no Judisporte

nimo de 5 pessoas e o máximo de 12. A duração será de 3 meses (12 reuniões), uma vez por semana, com duração de uma hora. Nos encontros haverá discussão nutricional do plano alimentar (dificuldades, receitas, dicas), temas expositivos sobre nutrição e comportamento alimentar e medição do peso.

O valor do pacote, por pessoa, é de R\$ 360,00. Com o subsídio, cai para R\$ 216,00, e nesse caso o participante deverá acompanhar todas as reuniões. Interessados podem enviar e-mail para judisporte@trt12.gov.br

OPINIÃO & OPINIÃO & OPINIÃO



O 1º Encontro foi considerado um dos melhores até hoje realizados na Região Sul. Os Agentes elaboraram documentos e discutiram as ações de treinamento e capacitação nos três ramos do Judiciário, propuseram medidas, rechaçaram documentos e minutas encaminhadas pelos Tribunais Superiores e debateram a realidade em cada setor e em cada órgão do Judiciário.

Robak Barros, Coordenador do Sindicato



O Encontro superou as expectativas em relação ao número de participantes, com servidores de vários Estados. Houve um engendramento de conhecimentos sobre Plano de Carreira. Temos a base inicial para essa discussão, com abordagens bem interessantes, como a da Fasubra.

Miguel Inácio de Souza Neto, NAS-SINTRAJUSC



Foi um encontro produtivo e importante, que nos trouxe a diversidade das realidades dentro da segurança judiciária no país, idéias, propostas, que ajudam a nortear os caminhos que irão trazer melhorias na execução das atribuições que nós temos como Agentes de Segurança, na pretensão de oferecer uma qualidade melhor de trabalho ao Judiciário.

Sérgio Feijó Netto Machado, NAS-SINTRAJUSC

Encontro dos Agentes de Segurança debate carreira e idéia do “fazer coletivo”



Fotos: Rodrigues Viana

O SINTRAJUSC encaminhou na segunda-feira, 26 de maio, ao Diretor Geral do TRT, as Resoluções do 1º Encontro Regional Sul dos Agentes de Segurança, realizado nos dias 23 e 24 de maio no Hotel Praia Mole Eco Village, em Florianópolis. O Sindicato requereu que as deliberações sejam encaminhadas à Assessoria de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para a elaboração do Programa de Reciclagem Anual dos Servidores da Especialidade Segurança.

Cerca de 70 servidores participaram do Encontro, organizado pelo SINTRAJUSC, Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Federal no RS (SINTRAJUFE) e o Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e do TRE do PR (SINJUSPAR). Os Grupos de Discussão apresentaram propostas para dois temas: *Privatização e desvios de função na segurança judiciária* e *A prática da segurança judiciária, formação e qualificação*.

As propostas foram debatidas e votadas em Plenária realizada no dia 24. Entre os itens aprovados estão garantir que a Gratificação de Atividade de Segurança

(GAS) seja considerada, assim como a Gratificação de Atividade Externa (GAE), inerente aos ocupantes do cargo. Os Agentes de Segurança igualmente reivindicam que a GAS seja paga aos aposentados.

A Plenária também deliberou pela luta contra qualquer medida que contrarie o PCS e condicione a obtenção de direitos à aprovação em testes de condicionamento físico, como é o caso da minuta para discussão enviada pelo CSJT aos TRTs para definir o Programa de Reciclagem Anual dos AS.

Sem receitas prontas

Na abertura do Encontro o representante da Fenajufe, Joaquim José Teixeira Castrillon, disse que debates aprofundados são fundamentais para a conquista de resultados satisfatórios na luta pelo Plano de Carreira. “Não podemos aceitar receitas prontas”, acrescentou.

O Juiz Eduardo Didonet Teixeira, da Justiça Federal, foi o palestrante do tema “Especialização em Segurança Institucional”. Ele mencionou casos de ameaça à segurança física de Juízes e servidores e disse que é im-

portante o apoio da Administração para que se valorize a atividade dos Agentes de Segurança.

A palestra seguinte foi “O Agente de Segurança no Plano de Carreira”, tema tratado por Vera Miranda, uma das coordenadoras da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). Ela falou sobre a proposta de Carreira elaborada pelos técnicos-administrativos em educação (detalhada na notícia ao lado e na entrevista de Vera na RÁDIO SINTRAJUSC).

A sindicalista destacou que o debate precisa envolver todos os servidores, valorizando a idéia do “fazer coletivo” e da “identidade coletiva”. “Quando se debate carreira, todos os grupos e interesses têm que ser levados em conta, há que se valorizar todos.”

O texto introdutório da Resolução do Encontro afirma que “a discussão e a proposição de um Plano de Carreira para os servidores do Judiciário Federal devem trazer avanços reais para este segmento do serviço público, tanto nas questões de evolução constante na carreira e acesso à formação e qualificação, quanto na democratização das relações de trabalho, trazendo ambientes de trabalho que, antes de serem competi-

tivos, sejam estimulantes.”

O Sindicato irá levar as propostas dos Agentes de Segurança para os debates sobre Carreira a serem feitos com a categoria.

OPINIÃO & OPINIÃO & OPINIÃO



Foi interessante conhecer a realidade dos colegas das outras regiões, saber o que está acontecendo, para termos um comparativo entre o que fazemos aqui e o que se faz nas outras regiões, para não tomarmos medidas de forma isolada, e sim sempre pela união da categoria.

Gilberto D'Ávila Rufino Jr., AS no TRT

É o primeiro encontro de que participo com colegas de outros Estados, gostei muito, superou as minhas expectativas.

Ronildo Moreira Alves, AS no TRT

SINTRAJUSC fará encontros sobre Carreira em julho

A discussão sobre o Plano de Carreira do Judiciário Federal já está na pauta dos sindicatos da FENAJUFE. Na primeira quinzena de julho a Coordenação do SINTRAJUSC irá levar o assunto aos servidores em reuniões regio-



Coordenadora Neila e Elaine na reunião de Diretoria

nais e em um seminário estadual. O objetivo é estimular o debate sobre temas fundamentais para consolidar a proposta de Carreira, entre eles ascensão funcional, paridade de entre ativos e inativos, jornada de trabalho, qualificação, tabela de vencimentos, critérios para ocupação de Função Comissionada e CJ e saúde.

Um dos coordenadores da FENAJUFE, Ramiro López, costuma lembrar que, com a Reforma da Previdência, o servidor público precisa ficar mais tempo na ativa. O problema é que, com base no atual PCS, em 15 anos o servidor galga todos os degraus da tabela. Depois, pára. Se faltar muito tempo para se aposentar, ficará anos estacionado na mesma posição. Para mudar, só fazendo outro concurso público. Por isso a Carreira é fundamental.

Carreira é o caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores. Ela diz como,

quando e quanto o trabalhador poderá crescer e que passos precisa dar para isso. Ela cuida da vida funcional do momento do ingresso até a aposentadoria.

A jornalista Elaine Tavares diz que a Carreira permite ao servidor transitar, crescer dentro do trabalho que realiza. “Isso é fundamental para qualquer trabalhador, porque há incentivo para estudar, crescer, se qualificar. Hoje, mesmo que estude e se qualifique, o servidor permanece estático.” Se entra no serviço público com nível médio, por exemplo, a pessoa pode chegar ao doutorado, mas ficará amarrada ao nível no qual entrou por concurso.

Elaine esteve em reunião da Diretoria Executiva do Sindicato no mês de maio para falar sobre a proposta da Fasubra. A jornalista acompanhou a discussão quando esteve na direção do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTU-FSC).

Propostas buscam qualificação da atividade e melhores condições de trabalho

A Plenária do 1º Encontro Regional Sul dos Agentes de Segurança, realizada no dia 24, iniciou com a participação do presidente da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário da União (Agepoljus), Edmilton Gomes, que falou sobre a importância de filiação também aos Sindicatos: “A cobrança direcionada aos Sindicatos tem que ser aliada à participação dos servidores”.

O coordenador do SINTRAJUSC Robak Barros destacou a importância do Encontro e do aprofundamento dos debates com relação às questões específicas dos Agentes e lembrou aos participantes que o sindicato está num pro-

cesso de elaboração coletiva visando a construção do plano de carreira para todos os servidores do Judiciário Federal. As propostas dos Agentes, portanto, terão que passar pelo debate do conjunto da categoria nos seminários que irão acontecer no Estado. “A presença dos Agentes será decisiva para a manutenção das proposições no documento final sobre Carreira”, destacou Robak.

Propostas aprovadas

- Reconhecimento da atividade de segurança judiciária como atividade de risco e como atividade exclusiva de Estado;
- Visualizar a futura implementação da Polícia Judicial, garantindo que

- seus quadros sejam estruturados a partir da transformação dos cargos dos atuais Agentes de Segurança Judiciária, garantido o direito de opção;
- Garantia de unicidade entre as diversas atividades da segurança judiciária, entre elas a segurança, a vigilância e a condução veicular;
- Fim da proibição da contribuição previdenciária dos AS em cargos com FC e CJ na área de segurança, referente ao valor da GAS, não penalizando os AS que estão com FC ou CJ quando da aposentadoria;
- Contra qualquer Plano de Condicionamento Físico que tenha como objetivo a retirada de direitos legais e o esvaziamento do quadro, por readaptação;

- Criação de uma Academia Nacional de Segurança Judicial, constituída por servidores do quadro, para formação e constante aperfeiçoamento do quadro de Agentes de Segurança Judiciária. A obrigatoriedade legal de formação e a natureza das atividades de segurança requerem uma estrutura diferenciada de formação profissional;
- Garantir que a GAS seja considerada, assim como a GAE, uma gratificação inerente aos ocupantes do cargo, no pleno exercício das suas atividades, de acordo com a lei 11.416-06;
- Garantir o reconhecimento de “atividade jurídica” para toda a carreira do judiciário federal;

- Garantir assessoria jurídica, a cargo do órgão, para conflitos judiciais emanados da atividade profissional envolvendo servidores;
- Conquistar seguro de vida em grupo para os servidores que executam atividades de risco;
- Ampliação do número de cargos de Agente de Segurança Judiciária e também Inspetor de Segurança Judiciária, sendo que, nesse caso, com primeira investidura nos cargos de nível superior garantida aos Agentes de Segurança do quadro, com critérios objetivos.

Veja a Resolução completa na página do Sindicato.

A proposta de Carreira para as Universidades

| ITEM | O QUE DEFINE |
|----------------------|--|
| Cargo único | O ramo de atividade da Instituição |
| Ambientes | Conjunto de atividades que se identificam entre si, constituindo uma área de trabalho |
| Classes | Escolaridades, experiência, esforço físico, risco e responsabilidade. Há cinco classes, de A a E |
| Especialidades | Atividades específicas exercidas por um servidor |
| Nível de capacitação | A qualificação profissional. Há quatro Níveis de Capacitação, de I a IV |
| Padrão | Cada um dos valores que compõem a tabela salarial. Há 16 padrões de vencimentos |